

GT71: Retomadas e autodemarcações de terras indígenas: processos de luta, memória e ritual

Jurema Machado, Daniela Alarcon

Na acepção guarani kaiowá, jeike jey significa entrar, ocupar, enfrentar, afrontar; trata-se da designação utilizada por esse povo para classificar seus processos de recuperação territorial (Benites, 2014). Assim como os Guarani Kaiowá, indígenas de todo o país têm levado a cabo intrincadas estratégias de luta pela terra. A proposta deste GT é reunir trabalhos que discutam retomadas de terras e autodemarcações como ações de enfrentamento ao esbulho. A partir de nossas pesquisas e de trabalhos de outros antropólogos, observamos como esses processos se revestem de complexidades que ultrapassam análises instrumentais, que veem na ocupação do território o fim último. As mobilizações para recuperação territorial engendram o retorno de pessoas e encantados, articulações entre famílias extensas, complexos rituais, reavivamento de memórias e novos arranjos na organização social. A maneira como os povos têm refletido sobre seus processos históricos e cosmológicos também está pautada na luta pela terra. Assim, delineia-se um novo desafio para a antropologia: como pensar a conceituação desses processos sem deixar de considerar as particularidades de cada contexto? Acreditamos que a boa descrição etnográfica é o caminho mais potente para a não homogeneização e, por isso, priorizaremos trabalhos pautados em etnografia.

"Pisando em terra Tabajara": Conflitos e retomadas no processo de territorialização dos Tabajara da Paraíba.

Autoria: Estêvão Palitot, Amandda Figueiredo

Desde o ano de 2006 que o povo indígena Tabajara vem buscando a demarcação das terras do antigo aldeamento da Jacoca, sua área de ocupação tradicional no litoral sul da Paraíba. Na expectativa de reconstituir um território minimamente viável para o reagrupamento das famílias que foram dispersadas por efeito de décadas de domínio patronal sobre as terras da Jacoca os Tabajara tem construído uma organização social dinâmica e flexível através da qual vem logrando a ampliação das áreas sob seu controle. Atualmente, são três aldeias organizadas, sendo duas em áreas de retomada. Nesses processos, a dimensão conflitiva tem sido elemento principal. Se não são os conflitos pelas retomadas, são as disputas em torno da ocupação das praias como pescadores e barraqueiros ou os enfrentamentos com o poder municipal e o projeto de reordenamento territorial da cidade do Conde. Ao lado dessas disputas, o esforço para reunir os parentes em torno de projetos de vida comunitária nas três aldeias também é uma marca característica do atual processo de territorialização dos Tabajara. Nesse trabalho, pretendemos discutir esses temas em diálogo com outros estudos sobre processos de territorialização, a forma retomada e o retorno dos parentes em contextos indígenas.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

